REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL: TENSÕES E CONTRADIÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

CENSORSHIP AND FREEDOM OF EXPRESSION IN BRAZIL: TENSIONS AND CONTRADICTIONS THROUGHOUT HISTORY

CENSURA Y LIBERTAD DE EXPRESIÓN EN BRASIL: TENSIONES Y CONTRADICCIONES A LO LARGO DE LA HISTORIA

Letícia Vasconcelos Rodrigues
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Teresina, Piauí, Brasil
E-mail: leticiavrodrigues30@gmail.com

Francisco Ari de Andrade
PhD em Educação e Contemporaneidade
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: professorari.ufc@gmail.com

Flávio Muniz Chaves
Doutor em Educação
Instituição: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: imperadorflavius@gmail.com

Karytia Nayara Gonçalves da Silveira Nobre
Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Maracanaú, Ceará, Brasil
E-mail: karytiasilveira@gmail.com

Júlia de Fátima Santos da Silva
Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: juliadefatima.edc@gmail.com

Sanny Maria Araújo Teixeira Ramos
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Itapipoca, Ceará, Brasil
E-mail: sannyramos14@gmail.com

Rachel Menezes de Carvalho
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: rachel.menezes@educacao.fortaleza.ce.gov.br

Mariana Luz Quevedo
Graduada em Letras-Português
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)
Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: marianaluzq@gmail.com

Resumo

O texto insere-se no campo da História da Educação e tem como objetivo analisar os itinerários do debate histórico acerca da censura no Brasil, destacando suas implicações no cotidiano social e educacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na revisão de literatura e na técnica de fichamento como procedimento metodológico. A análise toma a censura como categoria central, buscando compreender suas manifestações no âmbito político ao longo da história brasileira. Historicamente, o termo origina-se do latim e estava associado à função de avaliação e controle na Roma Antiga, passando, ao longo do tempo, a adquirir conotações ligadas à repressão e ao controle das ideias. No Brasil, a censura esteve presente em diferentes períodos históricos, desde o período colonial até a contemporaneidade, por meio de mecanismos de limitação da expressão e da circulação de ideias, frequentemente vinculados à manutenção das estruturas de poder. No campo educacional, tais práticas também se manifestaram por meio do controle sobre o ensino e a atuação docente. Diante desse panorama, o estudo problematiza os limites históricos da liberdade de expressão no país, questionando em que medida os indivíduos puderam manifestar ideias e acessar o conhecimento sem sofrer sanções ou repressões.

Palavras-chave: Censura; Liberdade de expressão; História da Educação; Brasil; Controle social.
.

Abstract

This text falls within the field of History of Education and aims to analyze the itineraries of the historical debate about censorship in Brazil, highlighting its implications in daily social and educational life. It is bibliographical research, based on a literature review and the note-taking technique as a methodological procedure. The analysis takes censorship as a central category, seeking to understand its manifestations in the political sphere throughout Brazilian history. Historically, the term originates from Latin and was associated with the function of evaluation and

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

control in Ancient Rome, eventually acquiring connotations linked to the repression and control of ideas. In Brazil, censorship has been present in different historical periods, from the colonial period to the contemporary era, through mechanisms limiting the expression and circulation of ideas, frequently linked to the maintenance of power structures. In the educational field, such practices have also manifested themselves through control over teaching and teacher performance. Given this scenario, the study problematizes the historical limits of freedom of expression in the country, questioning to what extent individuals have been able to express ideas and access knowledge without suffering sanctions or repression.

Keywords: Censorship; Freedom of expression; History of Education; Brazil; Social control.

Resumen

Este texto se enmarca en el campo de la Historia de la Educación y tiene como objetivo analizar la trayectoria del debate histórico sobre la censura en Brasil, destacando sus implicaciones en la vida social y educativa cotidiana. Se trata de una investigación bibliográfica, basada en una revisión de la literatura y la técnica de toma de notas como procedimiento metodológico. El análisis toma la censura como categoría central, buscando comprender sus manifestaciones en la esfera política a lo largo de la historia brasileña. Históricamente, el término proviene del latín y se asoció con la función de evaluación y control en la Antigua Roma, adquiriendo posteriormente connotaciones vinculadas a la represión y el control de las ideas. En Brasil, la censura ha estado presente en diferentes periodos históricos, desde el colonial hasta la época contemporánea, a través de mecanismos que limitan la expresión y circulación de ideas, frecuentemente vinculados al mantenimiento de las estructuras de poder. En el ámbito educativo, dichas prácticas también se han manifestado mediante el control de la enseñanza y el desempeño docente. Ante este panorama, el estudio problematiza los límites históricos de la libertad de expresión en el país, cuestionando hasta qué punto los individuos han podido expresar ideas y acceder al conocimiento sin sufrir sanciones ni represión.

Palabras clave: Censura; Libertad de expresión; Historia de la educación; Brasil; Control social.

.

1. Introdução

O presente texto insere-se no campo da História da Educação e tem como finalidade discutir os itinerários e percursos do debate histórico acerca da censura no Brasil, bem como suas implicações no cotidiano social e educacional. A pesquisa é de natureza bibliográfica, com ênfase na revisão de literatura, tendo como principal procedimento metodológico a técnica de fichamento das obras analisadas.

Utiliza-se, nesta análise, a categoria “censura” como objeto central deste estudo, não com a pretensão de esgotar o termo — haja vista a vasta produção existente sobre a temática —, mas com o objetivo de refletir sobre as manifestações dessa prática no domínio político, em diferentes estágios do desenvolvimento histórico brasileiro.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

A palavra “censura” tem origem no latim, em que significava “avaliação” ou “julgamento”. Na Antiguidade Clássica, particularmente em Roma, o termo estava associado à função do censor, responsável por fiscalizar, recensear e zelar pela ordem e pelos valores da civilização latina. Contudo, ao longo do tempo, o conceito foi sendo ressignificado, passando a ser frequentemente associado à repressão, à proibição e ao controle social, sobretudo no campo das ideias, tornando-se um dos principais instrumentos utilizados por regimes autoritários para a manutenção do status quo.

No Brasil, esse processo não se deu de forma distinta. Desde o período colonial — com destaque para a Reforma Pombalina (1759–1774) —, passando pelo Primeiro Império (1822–1831), pela Primeira República (1889–1930), pelo Estado Novo (1937–1945) e pela Ditadura Militar (1964–1985), diferentes formas de controle e limitação da expressão foram exercidas por governos, frequentemente com o intuito de manter as estruturas de poder, impondo restrições à liberdade de pensamento, à circulação de ideias e ao acesso ao conhecimento.

Tomando como exemplo a década de 1970, observa-se que a reforma do ensino de 1º e 2º graus, instituída pela Lei nº 5.692/1971, no contexto dos acordos MEC-USAID e sob a égide da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, consolidou um modelo educacional de caráter tecnicista. Nesse cenário, evidenciou-se um sistema de controle e vigilância sobre o trabalho docente, especialmente no que se refere à circulação e ao debate de ideias.

Não constitui pretensão deste estudo explorar, em profundidade, os impactos da repressão sobre as práticas pedagógicas do período, o que poderá ser desenvolvido em momento oportuno. Contudo, cabe destacar que, no interior dos regimes autoritários, a censura configurou-se como elemento fundamental para a manutenção do poder e do controle social.

Em diferentes contextos da nossa história social, a censura incidiu sobre a educação, as produções intelectuais, a circulação de conhecimento e de informação, coibindo as formas de expressão, atingindo diretamente o direito de ler, escrever e opinar da sociedade brasileira.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte questão: em que medida, ao longo da história brasileira, os cidadãos puderam efetivamente usufruir da liberdade de expressão? Em outras palavras, até que ponto foi possível manifestar ideias e acessar conteúdos sem o receio de sanções, perseguições ou violências impostas por instâncias de poder?

2. Censura e controle no Brasil Colonial: Limites à circulação de ideias e conhecimentos

Portugal, na condição de metrópole colonizadora, legou ao Brasil diversas heranças culturais, entre as quais se destaca o cristianismo, difundido sobretudo pela Igreja Católica. No processo de colonização, a catequese dos povos indígenas constituiu um dos principais instrumentos de imposição cultural, por meio do qual os europeus buscaram substituir práticas e valores locais por uma visão eurocêntrica de civilização. Os indígenas, apesar de possuírem formas próprias de organização social e cultural, foram frequentemente considerados pelos colonizadores como inferiores ou desprovidos de civilidade.

Nesse contexto, a atuação do clero não se limitou à evangelização, mas implicou a imposição de normas de conduta, vestuário, linguagem e comportamento, configurando-se como uma das primeiras formas de controle e censura cultural no território brasileiro. Tal processo pode ser compreendido à luz das reflexões de Michel Foucault (1979), para quem o poder não se exerce apenas de forma repressiva, mas também por meio de dispositivos disciplinares que regulam os corpos, os saberes e as práticas sociais.

A partir da Contrarreforma, intensificaram-se os mecanismos de controle ideológico, especialmente com a institucionalização da Inquisição e a realização do Concílio de Trento (1545–1563). Esse concílio reafirmou os princípios da doutrina católica e instituiu instrumentos de vigilância sobre a circulação de ideias, como o Index de livros proibidos, visando combater heresias e conter o avanço do protestantismo (Villalta, 2002).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

> Assim, nas deliberações do Concílio de Trento (1545-1563), um dos marcos da Contra-Reforma veem-se posições antagônicas às defendidas pelos protestantes: o Concílio confirmou os sete sacramentos (batismo, crisma, matrimônio, penitencia, ordenação, comunhão e extrema-unção), o papel do homem na sua própria salvação (embora aceitasse como crucial a intervenção de Cristo na redenção da alma); exaltou a Virgem e os santos; manteve a não aceitação da Bíblia e missa em língua vulgar (os documentos litúrgicos, especialmente o Missal, deviam ser publicados apenas em latim); e finalmente, recomendou a publicação de um Índex de livros proibidos (Villalta, 2002, p.46).

Nesse sentido, consolidou-se um rígido controle sobre a produção, circulação e leitura de obras, sendo exigida autorização eclesiástica para publicação e estabelecidas punições tanto para autores quanto para leitores de materiais considerados inadequados.

Sob a perspectiva da história cultural, Roger Chartier (1990) contribui para compreender esse fenômeno ao destacar que as práticas de leitura são historicamente situadas e socialmente controladas. Assim, o acesso ao livro e ao conhecimento não se dava de forma livre, mas mediado por instituições que regulavam o que podia ser lido, por quem e em quais condições.

No Brasil, tais práticas refletiram-se na limitação do acesso ao conhecimento e na vigilância sobre as atividades intelectuais. Obras literárias e filosóficas foram alvo de censura, e até mesmo textos consagrados passaram por restrições ou alterações, evidenciando o alcance dessas medidas. Além disso, o controle da leitura esteve associado ao temor de difusão de ideias consideradas subversivas ou contrárias à doutrina oficial (Martino; Sapaterra, 2006).

No século XVIII, com as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, a censura foi reorganizada por meio da criação da Real Mesa Censória, responsável por centralizar e sistematizar a fiscalização sobre livros e impressos. Essa instituição ampliou o controle estatal sobre a circulação de ideias, estabelecendo critérios rigorosos para a autorização de obras e reforçando a repressão a conteúdos considerados nocivos à religião e à ordem política (Villalta, 2002).

Mesmo com mudanças institucionais posteriores, como a criação de novos órgãos de censura no final do século XVIII, o controle sobre a circulação do conhecimento permaneceu intenso. Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, e a criação da Imprensa Régia, houve certa ampliação das

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

atividades editoriais, ainda que sob forte supervisão estatal (Martino; Sapaterra, 2006).

É importante destacar que a censura no período colonial não se restringiu às obras escritas, estendendo-se também às práticas culturais e religiosas, especialmente aquelas não alinhadas à doutrina católica. Além disso, as desigualdades sociais e o elevado índice de analfabetismo contribuíram para intensificar os mecanismos de controle, sobretudo sobre populações escravizadas e grupos marginalizados.

Por fim, observa-se que, mesmo com o enfraquecimento das formas institucionais de censura ao longo do tempo, persistiram mecanismos mais sutis de controle, como pressões sociais e restrições informais à circulação de ideias, evidenciando a permanência histórica de práticas censoras no Brasil.

3. A Censura nos períodos Joanino e Imperial no Brasil (1808–1889)

Mesmo com as transformações políticas decorrentes das mudanças no cenário europeu e da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a censura permaneceu como elemento estruturante da sociedade brasileira. A aliança entre Igreja e Estado consolidou-se ainda mais nesse período, dificultando o acesso a obras consideradas proibidas e restringindo a circulação de ideias.

Do ponto de vista político, a vinda da família real portuguesa, em 1808, ocorreu em decorrência das invasões napoleônicas em Portugal, levando a monarquia a se estabelecer no Rio de Janeiro. Esse deslocamento produziu impactos significativos nas práticas censórias, ampliando o controle sobre autores, leitores e materiais impressos. A censura, nesse contexto, não se limitava à proibição de conteúdos, mas também se expressava por meio de estratégias que dificultavam o acesso ao conhecimento, como a inexistência de tipografias na colônia até o início do século XIX e os elevados índices de analfabetismo, que restringiam o público leitor.

Entre as mudanças introduzidas com a instalação da Corte, destaca-se a criação da Imprensa Régia, em 1808, responsável inicialmente pela impressão de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

documentos oficiais. Posteriormente, sua atuação foi ampliada, possibilitando o surgimento de outras tipografias, ainda que sob rígido controle estatal. No período joanino, a circulação de livros dependia de autorização prévia, sendo comum a retenção de obras nas alfândegas até a avaliação por órgãos censores, como a Mesa do Desembargo do Paço.

Conforme aponta Leila Mezan Algranti, o controle sobre a entrada de livros no Brasil era sistemático, envolvendo listas de obras submetidas à autorização para circulação (Algranti, 2004).

No início do século XIX, especialmente em 1821, observa-se a abolição formal da censura prévia, associada a um contexto de valorização das letras e de abertura política. Com a Independência, em 1822, e a promulgação da Constituição de 1824, estabeleceu-se, em termos legais, a liberdade de expressão e de imprensa. Contudo, essa liberdade não se efetivou plenamente na prática, uma vez que persistiram mecanismos de controle e responsabilização dos autores, editores e divulgadores de conteúdos considerados abusivos.

Nesse sentido, a censura assumiu formas mais sutis e indiretas, sendo exercida por meio de dispositivos legais, pressões sociais e instituições culturais. Durante o Império, por exemplo, a censura às diversões públicas, como o teatro, ficou a cargo de órgãos como o Conservatório Dramático, que avaliava e regulava as produções artísticas, não apenas sob o argumento da qualidade estética, mas também da adequação moral e política, conforme destaca Sérgio Gouvêa (Gouvêa, 2019).

Além disso, o controle social se manifestava por meio de práticas como perseguições, discriminações e limitações de acesso ao conhecimento, especialmente entre os grupos menos favorecidos. O acesso à educação e aos livros permaneceu restrito às elites, o que contribuía para a manutenção das desigualdades sociais e para a reprodução das estruturas de poder. Nesse contexto, grupos letrados organizavam espaços informais de debate, nos quais circulavam ideias contrárias à monarquia, inspiradas, em muitos casos, pelos ideais iluministas e pelos princípios da Revolução Francesa.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

Durante grande parte do período imperial, a estrutura social manteve-se profundamente desigual, marcada pela escravidão e pelo alto índice de analfabetismo. Como observa Wilson Martins, a cultura letrada assumia um caráter de distinção social, sendo acessível a uma parcela reduzida da população, o que reforçava o controle sobre a circulação do saber e das ideias (Martins, 2002).

Mesmo sob o governo de D. Pedro II, frequentemente associado a um período de maior abertura cultural, a censura continuou a atuar, sobretudo em momentos de instabilidade política, quando o controle sobre a imprensa e a circulação de informações se intensificava. Além disso, a Igreja Católica manteve papel relevante na regulação da vida social, influenciando áreas como a educação, a legislação e os costumes, o que contribuía para a limitação da autonomia intelectual e cultural da sociedade brasileira.

Dessa forma, observa-se que, embora o período imperial tenha introduzido mudanças formais no campo da liberdade de expressão, a censura persistiu sob diferentes formas, ora explícitas, ora veladas, revelando a permanência de práticas de controle herdadas do período colonial e adaptadas às novas configurações políticas e sociais.

4. A Censura durante a República no Brasil

Em meio a um cenário político conturbado, marcado pela atuação de grupos republicanos favoráveis à ruptura com o regime monárquico, o Brasil proclamou-se República em 15 de novembro de 1889. A expectativa de ampliação das liberdades, no entanto, não se concretizou plenamente. A estrutura social manteve-se profundamente desigual, e a população recém-liberta da escravidão permaneceu sem acesso a direitos básicos, como educação, trabalho e moradia, os quais continuaram restritos às elites.

Nos primeiros momentos do regime republicano, instauraram-se mecanismos de controle voltados à contenção de opositores, especialmente monarquistas. Ainda em 1889, o Governo Provisório instituiu medidas que proibiam manifestações contrárias à República, estabelecendo punições severas aos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

infratores. Conforme analisa Wilson Martins, tais dispositivos apresentavam um caráter intimidatório, explorando o medo como estratégia de consolidação do novo regime (Martins, 2002).

Essa postura revela uma contradição recorrente na história política brasileira: mesmo regimes que se afirmam defensores da liberdade recorrem a práticas censórias para manter-se no poder. Ao longo das décadas seguintes, especialmente no século XX, a censura esteve presente em diversos momentos de instabilidade política, incidindo sobre a imprensa, a produção cultural e a circulação de ideias.

Durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo no período do Estado Novo (1937–1945), os mecanismos de censura foram intensificados. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, representou a institucionalização do controle sobre os meios de comunicação e as manifestações culturais. Esse órgão atuava tanto na censura de conteúdos considerados inadequados quanto na produção de propaganda oficial, contribuindo para a construção de uma imagem positiva do governo e para a mobilização simbólica da população (Santos *et al*., 2012).

Nesse contexto, o uso dos meios de comunicação, como o rádio — especialmente por meio do programa *A Voz do Brasil* —, desempenhou papel central na difusão da ideologia estatal. Conforme apontam estudos sobre o período, a propaganda política foi utilizada como instrumento de legitimação do poder, articulando elementos de persuasão e controle social.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização, houve tentativas de reorganização das práticas censórias. Ainda assim, o controle sobre manifestações culturais permaneceu, como evidencia a criação de órgãos responsáveis pela censura de diversões públicas, que regulamentavam o teatro, o cinema, a música e, posteriormente, a televisão (Garcia, 2009).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1960), frequentemente associado a um período de desenvolvimento e abertura, também se observaram tensões entre liberdade e controle. Embora o discurso oficial defendesse a liberdade de expressão, medidas como a regulamentação dos conteúdos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

veiculados no rádio e na televisão indicam a permanência de práticas de vigilância e limitação (Biroli, 2004).

Nos anos seguintes, os governos de Jânio Quadros e João Goulart evidenciaram a intensificação das disputas políticas e ideológicas. No caso de Jânio Quadros, destacam-se medidas de caráter moralizador, que buscavam regular costumes e comportamentos sociais, refletindo a influência de setores conservadores e da Igreja Católica (Botelho, 2013). Já no governo de João Goulart, a polarização política e o temor do avanço do comunismo contribuíram para o fortalecimento de discursos contrários ao governo, amplamente difundidos por setores da imprensa.

De acordo com análises do CPDOC/FGV, a imprensa desempenhou papel central nesse processo, posicionando-se de forma divergente em relação à conjuntura política, o que contribuiu para a intensificação das tensões que culminariam no golpe militar de 1964.

Dessa forma, observa-se que, ao longo do período republicano, a censura não apenas persistiu, mas assumiu diferentes configurações, adaptando-se às transformações políticas e sociais. Ora explícita, ora velada, ela se manifestou como instrumento de controle, repressão e legitimação do poder, evidenciando a permanência histórica de limitações à liberdade de expressão no Brasil.

5. A Censura durante a Ditadura Militar no Brasil (1964–1985)

A ditadura militar (1964-1985) representou o ápice da institucionalização da censura no Brasil, evidenciando como o controle dos discursos e das práticas culturais pode ser utilizado como instrumento central na manutenção de regimes autoritários.

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou um dos períodos mais repressivos da história brasileira, marcado pela supressão de direitos civis e pela intensificação dos mecanismos de censura e controle social. Sob o argumento de conter a ameaça comunista e restaurar a ordem, os militares instituíram um regime

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

autoritário que restringiu severamente a liberdade de expressão, atingindo diretamente a imprensa, a produção cultural e o meio educacional.

Nos tópicos anteriores foi realizada uma breve análise sobre a atuação da censura desde a chegada dos portugueses ao Brasil até o período que antecedeu o golpe militar de 1964, momento em que a censura se consolidou como a principal arma utilizada pelos militares para controlar e manipular a população. Ademais, o golpe civil-militar não apenas censurava professores, estudantes, artistas e jornalistas, como também promovia exílios, torturas e assassinatos contra qualquer pessoa que se opusesse ao regime. Dessa forma, observa-se a repetição histórica da repressão como instrumento político no Brasil.

> O governo militar se apropria e modifica processos censórios advindos do Estado Novo, até em janeiro de 1970 editar o Decreto-lei 1.077, que permite oficialmente a censura prévia, visando evitar conteúdo que atentasse contra a moral e os bons costumes. Tendo como antepassado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) era o órgão oficial que exercia a censura prévia ao conteúdo que se pretendia veicular no cinema, na televisão, no rádio, no teatro, nos livros e nas revistas (Greenhalgh; Silva, 2021, p.209).

Nesse contexto, a censura foi institucionalizada como política de Estado, operando de forma sistemática por meio de órgãos específicos e de uma legislação repressiva. O marco mais emblemático desse processo foi o Ato Institucional nº 5, que concedeu amplos poderes ao Executivo, permitindo o fechamento do Congresso, a suspensão de direitos políticos e a intensificação da censura prévia aos meios de comunicação.

Dos 17 Atos Institucionais decretados pelo governo repressivo, o mais longevo com efeitos repressivos foi o Ato Institucional n° 5, promulgado em 1968. Este reprimiu toda a liberdade dos brasileiros, nos seguintes termos.

> ArL 5- A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:
> I - cessação de privelégio do foro por prerrogativa de função;
> II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
> III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
> IV - aplicação, quando necessárias, das seguintes medidas de segurança:
> a) liberdade vigiada;
> b) proibição de fi^equentar determinados lugares;

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

> c) domicílio determinado.
> §1-0 ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.
> § 2- As medidas de segurança de que tratar o item IV deste artigo serãp,apl içadas pelo Ministro de Estado e da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo poder Judiciário (Brasil, 1968).

A partir desse momento, consolidou-se um sistema rigoroso de vigilância sobre jornais, revistas, músicas, peças teatrais, filmes e produções televisivas. A censura atuava tanto de forma preventiva — impedindo a circulação de conteúdos considerados subversivos — quanto repressiva, punindo autores, artistas e intelectuais. Conforme analisa Michel Foucault (1979), tais práticas podem ser compreendidas como parte de um dispositivo de poder que articula vigilância, disciplina e controle dos discursos, definindo o que pode ou não ser dito em uma determinada sociedade.

No campo da comunicação social, instaurou-se a censura prévia aos veículos de comunicação, na qual matérias eram examinadas antes da publicação. Quando conteúdos eram vetados, os jornais recorriam a estratégias simbólicas para denunciar a intervenção estatal, como a publicação de espaços em branco ou receitas culinárias no lugar de reportagens censuradas. Ainda assim, muitos veículos foram fechados, e jornalistas sofreram perseguições, prisões e exílios.

No âmbito cultural, a repressão também foi intensa. Músicos, dramaturgos, cineastas e escritores tiveram suas obras censuradas ou proibidas. Canções consideradas críticas ao regime eram vetadas, e artistas frequentemente recorriam a metáforas e linguagens indiretas para driblar a censura. Esse processo evidencia, conforme sugere Roger Chartier (1990), que as práticas culturais se desenvolvem em constante tensão com os mecanismos de controle, produzindo formas alternativas de expressão e resistência.

No campo educacional, o regime militar também promoveu reformas que buscavam alinhar a educação aos interesses do Estado, enfatizando uma formação tecnicista e limitando o pensamento crítico. A escola, nesse contexto, tornou-se espaço de reprodução ideológica, no qual conteúdos considerados subversivos eram excluídos, e professores eram vigiados quanto às suas práticas pedagógicas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

A repressão no campo educacional durante foi profunda e sistemática, articulando controle ideológico, vigilância institucional e reformas estruturais voltadas à adequação da educação aos interesses do regime.

Em primeiro lugar, houve controle direto sobre professores e conteúdos. Educadores considerados “subversivos” — isto é, associados a ideias críticas, marxistas ou progressistas — foram perseguidos, demitidos, aposentados compulsoriamente ou até presos. As salas de aula passaram a ser vistas como espaços estratégicos de disputa ideológica, o que levou o Estado a intensificar a vigilância sobre práticas pedagógicas.

No plano curricular, disciplinas que estimulavam o pensamento crítico foram esvaziadas ou reformuladas. Em seu lugar, foram fortalecidas matérias de caráter ideológico, como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que difundiam valores alinhados ao nacionalismo, à ordem e à obediência. Esse processo pode ser compreendido, à luz de Michel Foucault, como uma forma de disciplinamento dos sujeitos por meio do controle dos saberes.

Além disso, a reforma educacional promovida pela Lei nº 5.692/1971 consolidou um modelo tecnicista, voltado à formação de mão de obra para o mercado, em detrimento de uma formação crítica e humanística. A educação passou a priorizar a eficiência e a adaptação ao sistema produtivo, reduzindo seu potencial emancipador.

As universidades também foram fortemente atingidas. Após o Ato Institucional nº 5, houve invasões de campi, repressão a movimentos estudantis, cassação de professores e intervenção na autonomia universitária. Muitos estudantes e intelectuais foram perseguidos, exilados ou silenciados.

Por fim, a censura atingiu diretamente os materiais didáticos, livros e produções acadêmicas, limitando o acesso a determinadas obras e autores. Nesse sentido, como sugere Roger Chartier (1990), o controle da leitura e da circulação do conhecimento foi um elemento central na estratégia de dominação.

Assim, a repressão educacional não se limitou à proibição explícita, mas operou de forma ampla, moldando currículos, práticas e sujeitos, com o objetivo de conter o pensamento crítico e garantir a estabilidade do regime.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

Além disso, a censura esteve articulada a práticas mais amplas de repressão, incluindo perseguições políticas, torturas e desaparecimentos. Órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o DOI-CODI atuaram na vigilância e repressão de opositores do regime, ampliando o alcance do controle estatal para além do campo simbólico.

Apesar da rigidez do sistema censório, diferentes formas de resistência emergiram ao longo do período. Movimentos culturais, estudantis e intelectuais buscaram denunciar as arbitrariedades do regime, contribuindo para a construção de uma memória crítica sobre esse momento histórico.

Com o processo de abertura política, iniciado no final da década de 1970 e consolidado na década de 1980, a censura foi gradualmente sendo enfraquecida, culminando na redemocratização do país e na promulgação da Constituição de 1988, que garantiu, em termos legais, a liberdade de expressão.

6. Considerações Finais

Ao longo da história do Brasil, a censura configurou-se como um instrumento recorrente de controle político, social e cultural, manifestando-se de diferentes formas desde o período colonial até a ditadura militar. Em distintos contextos históricos, governos e instituições recorreram a mecanismos de repressão para limitar a liberdade de expressão, restringir o acesso ao conhecimento e influenciar a formação da opinião pública. Frequentemente legitimada por discursos de ordem, moralidade ou progresso, a censura operou como um elemento estruturante na manutenção de regimes autoritários e na contenção de vozes dissidentes.

A análise desse percurso histórico evidencia que a censura não apenas silenciou indivíduos e grupos, mas também contribuiu para a reprodução de desigualdades sociais e para a consolidação de estruturas de poder excludentes. Ao incidir sobre a educação, a imprensa e as práticas culturais, tais mecanismos comprometeram o desenvolvimento de uma cultura crítica e democrática, limitando o acesso ao saber e à pluralidade de ideias.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

Nesse sentido, compreender a historicidade da censura no Brasil torna-se fundamental para problematizar suas permanências e ressignificações no tempo presente. Ainda que sob novas formas, muitas vezes mais sutis e difusas, práticas de controle e limitação da expressão continuam a desafiar os princípios democráticos. Assim, a defesa da liberdade de expressão, do acesso à informação e da autonomia intelectual configura-se como condição indispensável para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua própria história.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

BIROLI, Flavia. **Liberdade de Imprensa: Margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 213-40. 2004.

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. **Entre a doutrina da Igreja e o anticomunismo**: Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. 2013.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Suspende a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1968.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA, Miliandre. **A censura de costumes no Brasil**: Da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da constituição de 1988. Rio de Janeiro, 2009.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 10/04/2026
Vol: 13.05
DOI: 10.66104/1p82y622
Pages: 1-17

GREENHALGH, Raphael Diego; SILVA, Carlos Henrique Juvêncio da. **A Revista do Homem (Playboy) e a censura previa na ditadura militar (1975-1976):** entre a moral, os bons costumes e o homem contemporâneo. Revista Topoi**.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 207-227, jan/abr. 2021.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A Censura no Brasil do Século XVI ao Século XIX. São Paulo. **Estudos Linguísticos XXXV**, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. "Sob o signo da censura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias Silenciadas – História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; GOMES, Maria da Luz Barbosa; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; ALMEIDA FILHO, Antonio José de. **A Ditadura Varguista no Brasil (1937-1945) e o Primer Franquismo na Espanha (1939-1945)**: poder e contra-poder das enfermeiras. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. "Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias Silenciadas – História da Censura no Brasil.** São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp. 2002.